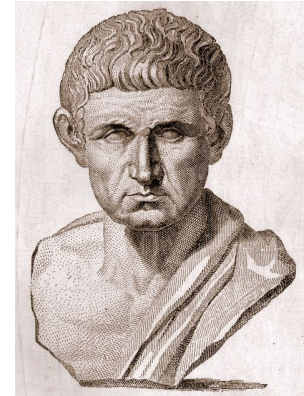


ARISTÓTELES (384 -322 a.C.)



O homem é por natureza um animal político (anthropos physei politikon zoon)

- ♦Aristóteles não é um ateniense. Nasce na colónia grega de Estagira em 384 a.C., no norte da Grécia, naquela península da Calcídia, encravada entre a Macedónia e o mar, onde os gregos olham a Ásia.
- ♦Filho de Nicómaco, médico assistente de Amintas II, rei da Macedónia, pai de Filipe e avô de Alexandre. E é com o pai que Aristóteles se iniciou na medicina e na biologia, nesse mundo de conhecimentos, então entendidos como esotéricos.
- ♦Contudo, aos 17 anos, desce para Atenas, para completar a sua formação, e aí entra na *Academia* de Platão, onde, como estudante e professor, vai permanecer durante vinte anos.
- ♦Já mestre, parece que, em 343 a.C., acaba por aceitar ser preceptor de Alexandre da Macedónia.
- ♦As relações directas com o poder macedónio não terão sido das melhores, dado que Aristóteles defendia a não existência de uma monarquia englobando gregos e bárbaros. Assim, regressa a Atenas em 335 a.C., onde institui o *Liceu*, situado num bosque dedicado a *Apolo Lykeios*, onde vai ensinar-se de forma *peripatética*, passeando, como o próprio pensamento, em torno de um lugar, de uma questão, caminhando num andar e num parar, com dificuldades e retornos.
- ♦Mas, de mal com Alexandre, pelo amor de Atenas, sofrerá a agrura de Atenas o exilar, acusando-o de ligações aos macedónios. Com efeito, em 323 a.C. morre Alexandre e o ambiente de hostilidade entre a Macedónia e Atenas leva Aristóteles a retirar-se para a Calcídia, onde vem a morrer.
- ♦Aristóteles, um estrangeiro face à *polis* ateniense, era, no entanto, um ateniense pelo coração e pelo espírito. Talvez por não poder participar directamente na luta pelo poder é que o conseguia ver à distância, ao contrário de outros que, sendo obrigados a *sujar as mãos* nos compromissos da própria luta, como, de

certa maneira, aconteceu a Platão, são sempre passíveis de uma condenação por ostracismo, mesmo que não passe de um *exílio interno*.

♦ Autores há que chegam mesmo a referi-lo como o porta-voz da prática cívica de Atenas, herdeira da visão democrática de Péricles, em tensão com os que advogavam o regresso a uma sociedade hierarquizada. Neste sentido, Aristóteles assumir-se-ia como um defensor daquilo que hoje entendemos como a *democracia*, como aquele regime no qual o poder de decidir, de julgar e de legislar não está *a priori* entregue a ninguém.

♦ Vai introduzir as ideias platónicas dentro das coisas, distanciando-se do transcendentalismo platónico, através de um experimentalismo que, contudo, não se reduz ao que será o realismo maquiaveliano.

♦ Também para Aristóteles, a função da *polis* é a justiça. Só pela ligação à justiça é que *o mais excelente dos animais*, o homem, se não torna no *pior de todos*, porque sem *polis*, passaria a campear a *injustiça armada*, considerando-se que só a *polis* permite que *as armas* do homem possam servir *a prudência e a virtude*, possam servir aquilo que é *a natureza do homem*, a sua exigência de perfeição. Porque tais armas podem, *ser empregues noutros fins exactamente contrários*

• *Ethica Nichomachea*. Cfr. trad. cast. de Julián Marías e María Araújo, *Ética a Nicomaco*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales (ed. bilingue em latim e castelhano); trad. fr. de J. Voilquin, *Ethique à Nicomaque*, Paris, Éditions Garnier, 1950.

• *Constituição de Atenas*. Cfr. trad. fr. de G. Mathieu e B. Haussoulier, *La Constitution d'Athènes*, Paris, Les Belles Lettres, 1941.

• *Ta Politika*. Cfr. trad. cast. de Julián Marías e María Araújo, *Política*, texto bilingue, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales; Cfr. trad. fr. de J. Aubonnet, *La Politique*, Paris, Les Belles Lettres, 4 vols., 1960-1973, e de Jean Tricot, Paris, Librairie Vrin, 1970; nova trad. port. de António Campelo Amaral e Carlos Carvalho Gomes, *Política*, Lisboa, Vega, 1998 (ed. bilingue em grego e português).

☐ Aubenque, P., *Aristote et le Problème de l'Être*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966; Jaeger, Werner, *Aristotle. Fundamentals of the History of His Development*, Oxford, 1934; Kelsen, Hans, *La Idea del Derecho Natural y Otros Ensayos*; Leyden, Wolfgang von, *Aristotle on Equality and Justice. His Political Argument*, Nova York, 1985; Mulgan, R. G., *Aristotle's Political Theory*, Oxford, 1977; Nichols, Ary, *Citizens and Statesmen. A Study of Aristotle's Politics*, Savage, Maryland, Rowman & Littlefield, 1992; Salkever, Stephen G., *Finding the Mean. Theory and Practice in Aristotelian Philosophy*, Princeton, Princeton University Press, 1991.

☞ Battaglia (1951), I, pp. 141 segs; Boutet, 1991, pp. 31-45; Châtelet (DOP), «Aristote», Châtelet (DOP), pp. 16-2; Gettel (1936), pp. 63 segs; Coleman, Janet, *Political Thought. From Ancient Greece to Early Christianity*, Oxford, Blackwell, 2000, pp. 115 ss.; Maltez (1996), pp. 19, 26, 28, 31-32, 46, 51, 61, 64, 70, 71, 74, 76, 78, 123, 126, 134-137, 166, 170, 171, 174, 176, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 191, 217, 220, 228, 229, 242, 249, 251, 256, 272, 300, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 346, 348, 362, 380, 441 e 52; Moncada (FDE),

I, pp. 30 segs; ; Russell, Bertrand, *A History of Western Philosophy*, 1945 (Nova York, Simon & Schuster, 1972), pp. 159 segs..Sabine (1987), pp. 88 ss.; Silva, Carlos, «Aristóteles», in *Logos*, 1, cols. 354-40; Strauss/Cropsey (1987), p. 118 ; Theimer (1970), pp. 30 segs..